ATA NÚMERO DOIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E OITO (2.848)

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis reuniu-se no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa sob a Presidência do Vereador João Renato Leal Afonso, Secretariado pelos Vereadores João Antonio de Jesus Martins e Dirceu Rodrigues Ferreira, presente os Vereadores: Antonio Luiz Carlos Cavalini, Leandro Pierin Borges da Silveira, Marco Antonio Ferrari Ramos, Juciel Jungles dos Santos e Vilmar C. Fávaro. O Senhor Presidente disse que o anteprojeto de lei 39/06 de autoria do Executivo Municipal foi retirado a pedido do autor através do ofício nº 726/06 e conforme parecer nº 158/06 sendo arquivado. À hora regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, iniciando com a deliberação da Ata anterior, de número 2846 sendo a mesma aprovada por unanimidade. Conforme acordo em Plenário o resumo das correspondências recebidas, encontram-se nas mãos dos Senhores Vereadores. Ainda no Expediente do Dia foi feita, pelo 2º Secretário, Vereador Dirceu Rodrigues Ferreira, a leitura do resumo das correspondências expedidas, constando o seguinte: Ofício de nº 396 a 401/06 do Executivo Municipal encaminhando projetos de leis. Ofício nº 401/06, ao Executivo Municipal, encaminhando Decretos Legislativos. Ofícios nº.s 397 a 400/06, em atenção a Requerimentos e Indicações dos Senhores Vereadores. Ofício Circular nº 40/06, aos Diretores de Colégios Estaduais e particulares. Ofício Circular nº 41/06, aos Senhores Vereadores, comunicando Ordem do Dia. Dando início à Ordem do Dia, presente os Vereadores Antonio Luiz Carlos Cavalini, Leandro Pierin Borges da Silveira, Marco Antonio Ferrari Ramos, Juciel Jungles dos Santos e Vilmar C. Fávaro. O Senhor Presidente disse que o anteprojeto de lei nº. 48/06, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial, de acordo com o entendimento dos Vereadores acharam por bem retirá-lo da Ordem do Dia, o qual retornará na próxima semana. Em 1ª. Discussão do anteprojeto de lei nº. 56/06, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Livre a palavra para discussão o Vereador Vilmar disse que este anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito adicional no valor de cento e setenta e dois mil reais, entende que é para fazer reformas nas escolas municipais, o qual citou quais são as escolas. Em conversa com o Vereador Marcos Ramos, sendo construtor civil, entende que deve ser mais exemplificado e detalhado pelo departamento de obras da Prefeitura que tipo de reforma será feita em cada escola e de preferência com foto da atual situação e depois da reforma também. Pediu Vistas ao anteprojeto para que seja detalhada tal reforma. Havendo pedido de Vistas ao anteprojeto de lei nº. 56/06, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências, colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos Vereadores. O Senhor Presidente disse que o anteprojeto de lei nº. 57/06, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências também foi retirado da Ordem do Dia por falta de parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Em 1ª. Discussão do anteprojeto de lei nº 59/06, de autoria do Executivo Municipal, que ratifica o protocolo municipal de consultas de enfermagem do programa saúde da família e dá outras providências. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma foi o anteprojeto de lei nº 59/06, de autoria do Executivo Municipal, que ratifica o protocolo municipal de consultas de enfermagem do programa saúde da família e dá outras providências, colocada em votação sendo aprovado por unanimidade. Havendo Requerimento Verbal do Vereador Dirceu Rodrigues Ferreira pedindo Dispensa de Interstício foi o anteprojeto de lei nº 59/06, de autoria do Executivo Municipal, que ratifica o protocolo municipal de consultas de enfermagem do programa saúde da família e dá outras providências, colocada em votação sendo aprovado por unanimidade. Em 2ª. Discussão o anteprojeto de lei nº 59/06, de autoria do Executivo Municipal, que ratifica o protocolo municipal de consultas de enfermagem do programa saúde da família e dá outras providências. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Cavalini dizendo que o esse programa chegou em boa hora, já que foi um programa implantado no Governo de Fernando Henrique Cardoso. A tendência é de melhorar muito a

saúde ao longo do tempo e esse programa Ataca as doenças na origem, dentro das casas das pessoas mais necessitadas, sendo de fundamental importância porque o profissional acompanhará de perto, descentralizando o trabalho do profissional de saúde. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o anteprojeto de lei nº 59/06, de autoria do Executivo Municipal, que ratifica o protocolo municipal de consultas de enfermagem do programa saúde da família e dá outras providências, colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade. Em 1ª. Discussão do anteprojeto de lei nº. 60/06, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Leandro pedindo Vistas ao anteprojeto. Havendo pedido de Vistas feita pelo Vereador Leandro ao anteprojeto de lei nº. 60/06, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente ressaltou que por falta de parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação o anteprojeto de lei nº. 23/06, de autoria do Vereador. Leandro Pierin Borges da Silveira, que dispõe sobre a gratuidade de serviços de transporte coletivo urbano às pessoas carentes portadoras de deficiências, foi retirado da Ordem do Dia, assim como o anteprojeto de lei nº. 28/06, de autoria do Vereador Leandro Pierin Borges da Silveira, que altera item e subitem da parte integrante da lei nº. 1910, de 01 de dezembro de 2005, que dispões sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza. Em 1ª. Discussão do anteprojeto de lei nº. 30/06, de autoria da Mesa Executiva, que altera a Lei Municipal nº. 1774, de 31 de março de 2004, modificada pelas leis 1837, de 26 de janeiro de 2005 e 1873 de 06 de julho de 2005 e dá outras providências. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Juciel dizendo que pediu Vistas a este anteprojeto na semana que passou para que pudesse analisar e concluiu que o cargo de Assessor Econômico é de suma importância para a Câmara e como o projeto é para extinguí-lo seu voto é contrário. Com a palavra o Vereador Vilmar disse que este anteprojeto está extinguindo esse cargo, porém através de concurso irão criar vagas para novos advogados, sendo uma exigência do Tribunal de Contas do Estado, não que tenham que cumprir. Acha que devem esperar para que possam pensar com mais calma. O Presidente João Renato Leal Afonso passou a Presidência da Sessão ao Vice-Presidente Leandro Pierin Borges da Silveira. Com a palavra o Vereador João Renato disse que essa iniciativa sob hipótese alguma foi deste Vereador como Presidente, salvo uma obrigação e notificação do Tribunal de Contas através do seu Corregedor Geral Fernando Augusto Mello Guimarães que deu o prazo de quinze dias improrrogáveis à partir da data de dez de agosto para que a Câmara tome as providências para o acerto dos cargos de assessores jurídicos dentro desta Casa de Leis. Existem três Assessores Jurídicos dentro desta Casa, sendo um Assessor Especial da Comissão Executiva para assuntos jurídicos, outro Assessor Jurídico na pessoa do Doutor Clóvis Wiedmer que se encontra afastado por motivo de saúde e o Doutor Aloísio Wiedmer que quando da criação do cargo resolveram não extinguir porque também foi afastado por problema de saúde e também a Assessoria técnica Contábil na pessoa do Senhor Ari Kuss. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná na pessoa do Senhor Procurador do Ministério Público de Contas Laérzio Júnior fala que os cargos de assessoria direta deverão ser preenchidas por concurso público e esta Presidente fez foi a de opor aos Vereadores um atendimento ao que preconiza o novo Regimento Interno do Tribunal de Contas aprovado pela Lei Estadual número quatorze mil setecentos e quatro de primeiro de julho de dois mil e cinco. Ressaltou que entende o posicionamento dos Vereadores e confessou que irão tirar um peso de sua cabeça como Presidente deste Poder, porém á partir da não aprovação terão que comunicar o Tribunal de Contas e fazer algo para que possam regularizar isso, o qual o Tribunal de Contas julga ilegal. Com relação ao Assessor Técnico Econômico só estão sugerindo a extinção dele porque é um cargo que não foi aproveitado na Câmara e da desnecessidade do mesmo. Solicitando um aparte o Vereador Cavalini disse que se for reprovado esse procedimento, com certeza o Tribunal de Contas julgará as contas da Comissão Executiva como reprovada. Continuando o Vereador João Renato disse que não necessariamente, só vai responsabilizar talvez individualmente cada

Vereador como já ocorreu no passado com o Fundo de Previdências. O risco que correm é o de ter que exonerar os cargos de contador e o de assessor jurídico desta Casa e sem sombra de dúvidas esta Presidência o fará se for exigência do Tribunal de Contas. Ressaltou também que se quisesse teria contratado o assessor econômico já no início de seu mandato como Presidente desta Casa, mas não o fez, porém deixa isso registrado para salvaguardar seus direitos mais tarde com relação a possíveis sanções do Tribunal de Contas. O Vice-Presidente Leandro Pierin Borges da Silveira devolveu a Presidência da Sessão ao Vereador João Renato Leal Afonso. Com a palavra o Vereador Cavalini disse que em forma de apelo para que aprovem o projeto, já que está vendo a complicação administrativa que irá causar. Ressaltou que lutaram muito na Legislatura passada, foram quatro anos de muita luta, primeiramente para separar a contabilidade do Executivo com a do Legislativo que era tudo atrelado, onde o Legislativo era um escravo do Executivo e ainda contra a vontade dois Vereadores dentro desta Casa de Leis para que este Poder funcionasse da forma que funciona atualmente com qualidade e observância nas leis. Deu louvores aos Vereadores que fizeram parte daquela legislatura, citando alguns como o Senhor Adriano Hammerschmidt, Osvaldo Camargo e Valentina Piovezan Batista que deixaram esse feito histórico e importante dentro desta Casa de Leis. Lutam diariamente pela liberdade Legislativa, onde através da Emenda vinte e sete foi possível tal mudança. Diante de tudo isso que marcou sua vida pública dentro desta Casa de Leis, onde este Vereador faz política desde seus dez anos, mas o que mais marcou foi à luta dentro desta Casa de Leis foi a liberdade do Legislativo da Lapa, já que hoje o Poder Legislativo tem autonomia para aplicar onde quiser, ou seja, em estrutura, veículo, novos gabinetes, nomeação de assessores, sendo um período de grande prosperidade neste Poder. Seria um erro tático nos dias de hoje votar contra o projeto, pois ele consolida toda a história de luta que esta Casa de Leis passou, portanto pediu pela aprovação. Com a palavra o Vereador João Antonio disse que é desnecessário extinguir o cargo de assessor especial, assim como acha desnecessária a criação do cargo de Auxiliar Administrativo, pois o quadro de funcionários da Câmara a seu ver já está completo, onde este projeto deveria depois de assinado. Constatando as exigências do Tribunal de Contas onde se questionou a contratação de um Contador e de um advogado, sendo interessante que o projeto fosse pautado nessa exigência. Deixou para que o Presidente desta Casa tome a decisão que for mais correta e de antemão disse ser contrário ao anteprojeto. Novamente o Presidente João Renato Leal Afonso passou a Presidência da Sessão ao Vice-Presidente Leandro Pierin Borges da Silveira. Com a palavra o Vereador João Renato disse que a impressão que tem é de que este anteprojeto tenha sido feito apenas por esta Presidência e o Vereador João Antonio deve observar que a sua assinatura também consta no anteprojeto, assim como dos Vereadores Leandro e Dirceu, mas não quer usar de picuinhas e criancices ou irresponsabilidade em dizer que outrem Poderia ter sido de certa forma no momento em que concordou, pois são dinâmicos não são estáticos e podem mudar de posicionamento sem nenhum problema, porém todos os Vereadores desta Casa de Leis devem conhecer o Regimento Interno. Se não houve acordo deveriam ter apresentado alguma Emenda e Poderiam aprovar, mas se é para deixar o cargo de Assessor Especial em comissão, não tem nada contra, já que essa Presidência propôs tal ação embasada naquilo que os Vereadores pregam que é a diminuição dos cargos em comissão. Existe um projeto tramitando dentro desta Casa e Leis dizendo que o Prefeito deve diminuir os cargos em comissão sendo uma ótima idéia, desde que dentro da legalidade e esta Casa também deve dar exemplo. Em conversa com a Comissão Executiva determinaram que seria extinto, mas dizer que não deve ser criado o cargo de Técnico administrativo e não deve ser extinto o cargo de Assessor Econômico, no seu entender é no mínimo uma balela ou vontade em reprovar o projeto, o qual até lhe tira um grande peso da cabeça, porque a elaboração de um concurso público em ano eleitoral é difícil, não Poderá ser nomeado neste ano, porém o Tribunal de Contas pediu e a Presidência desta Casa propôs esse projeto e se **"essa Presidência tivesse que decidir pelo voto de desempate sem sombra de dúvidas votaria pela aprovação"**, entende que o Tribunal de Contas é apenas um órgão de assessoramento, mas é uma Corte de julgamento. O Vice-

Presidente Leandro Pierin Borges da Silveira devolveu a Presidência da Sessão ao Vereador João Renato Leal Afonso. Com a palavra o Vereador João Antonio disse que errar é humano e em momento algum alegou não ter assinado o documento, mas revendo acha desnecessário em sua opinião e jamais vai permanecer na teoria do erro e ainda mais com a sua consciência. Desta forma, se assinou e depois constatou que a sua consciência não aprova, tem todo direito de arrepender-se até o momento da votação. Quanto a criação do cargo de Auxiliar Administrativo, com todo respeito que tem com essa Presidência, mas não havia sido comentado com esse Vereador, ou seja, da pessoa do Senhor Flávio José Palmer da Silveira, contratado em cargo de comissão, somente se comentou da extinção do cargo de Assessor Econômico, o qual em primeiro momento achou correto, depois em conversa com o Vereador Juciel, o próximo Presidente Poderá achar por bem a nomeação deste assessor, desta forma se redimiu. Nunca ficou de criancice dentro desta Casa de Leis e acha que suas atitudes são de sua inteira responsabilidade, já que são legalmente representantes do povo e deve votar projetos dentro do que é correto e com responsabilidade. Ressaltou novamente que o quadro de funcionários efetivos está completo e desnecessário mais contratação. Com a palavra o Vereador Juciel sugeriu que se existe a possibilidade de retirar da Ordem do Dia para que possam fazer essas modificações e acordos entre os Vereadores. Solicitando um aparte o Vereador Leandro disse que desta forma Poderiam pedir Vistas ao anteprojeto. O Presidente João Renato disse que até concorda com a decisão dos Vereadores, mas volta a dizer que o Vereador preferia que até votasse contra, porém se for maturidade para acertarem isso ou bom alvitre, só que delega essa atribuição da Emenda a Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Com a palavra o Vereador Vilmar disse que o projeto foi assinado pelos Vereadores João Antonio, João Renato, Leandro e Dirceu, não quer dizer que durante os anos que faz parte desta Casa isso não tenha acontecido e acha correto trazer a Plenário para ser discutido, mas o Presidente João Renato falou certo quando disse que lhe tiram um peso da consciência e principalmente num ano a efetivação de um concurso público é muito difícil realizar. Relembrou de quando foi Presidente desta Casa em que começaram a exigir de um cargo que tinha para o teatro, melhorando o nível da pessoa que seria contratada, desistiram da vaga porque de repente já existia alguém pronta para entrar no concurso. Não que isso vai acontecer nesta casa e Leis, mas o Presidente tem razão quando fala sobre ser um ano político qualquer coisa justificam para o Tribunal de Contas e realizam em janeiro do ano que vem, portanto vota contrário. Explicando novamente o Presidente disse que tira um peso da consciência com relação a trabalho, mas a responsabilidade com o Tribunal de Contas sob hipótese alguma essa Presidência iria se eximir e sobre concurso marcado estava sendo marcado com a Universidade Federal do Paraná sobre a formulação do mesmo, porém não vai admitir é que a não aprovação desse projeto implicará em responsabilidade a esta Casa de Leis e que o motivo da não aprovação são motivos políticos, porque se forem motivos técnicos com relação à criação do Agente Administrativo e a extinção do Assessor Técnico Econômico, esse Vereador concorda plenamente. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o anteprojeto de lei nº. 30/06, de autoria da Mesa Executiva, que altera a Lei Municipal nº. 1774, de 31 de março de 2004, modificada pelas leis 1837, de 26 de janeiro de 2005 e 1873 de 06 de julho de 2005 e dá outras providências, colocado em votação sendo rejeitado por dois votos dos Vereadores Luiz Carlos Cavalini e Dirceu Rodrigues contra cinco votos dos Vereadores João Antonio Martins, Vilmar C. Fávaro, Leandro Pierin Borges da Silveira, Marco Ferrari Ramos e Juciel Jungles dos Santos. Em 1ª. Discussão do projeto de Decreto Legislativo nº. 22/06, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda 1º termo aditivo ao convênio entre o Município e a Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, com intuito de alteração no plano de aplicação referente ao plano de trabalho desenvolvido pela associação em tela. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Marco Ramos dizendo que em seu entender é contra este projeto até por questão de pagar uma questão trabalhista, o qual acha que a Prefeitura deveria pagar de outra maneira, por isso seu voto será

contrário e ainda pediu aos demais que lhe acompanhem o raciocínio. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o projeto de Decreto Legislativo nº. 22/06, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda 1º termo aditivo ao convênio entre o Município e a Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC – ADECAL, com intuito de alteração no plano de aplicação referente ao plano de trabalho desenvolvido pela associação em tela, colocado em votação sendo rejeitado por cinco votos dos Vereadores Marco Ferrari Ramos, Juciel Jangles dos Santos, João Antonio Martins, Vilmar C. Fávaro e Leandro Pierin Borges da Silveira, contra dois dos Vereadores Dirceu Rodrigues e Luiz Carlos Cavalini. 1ª. Discussão do projeto de Decreto Legislativo nº. 37/06, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda convênio para concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, firmado com o Banco do Brasil S.A., BB Leasing S.A. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Juciel dizendo que já aprovaram nesta Casa de Leis concessão de empréstimos para várias entidades, a qual nem sabem onde está instalada então não vê o porque de não aprovarem esse convênio com o Banco do Brasil que juntamente com a Caixa Econômica emprestam dinheiro para o povo e fomentam a economia, inclusive acha que as contas dos funcionários deveriam ser decididas pelos próprios em qual banco quer ter conta. Vota favorável. Com a palavra o Vereador Vilmar disse que há algumas semanas entrou em plenário um projeto semelhante do Banco Bom Sucesso e foi reprovado, mas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica São instituições do Governo Federal, sendo as poucas que sobraram do Governo de Fernando Henrique Cardoso. É favorável ao projeto, ainda mais que nem o funcionário nem o banco correm nenhum risco e depois vai deixar livre o funcionário o banco qual terão contas, o qual já está protocolado nesta Casa de Leis e espera ser aprovado ainda neste ano, sendo de autoria deste Vereador. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o Projeto de Decreto Legislativo nº. 37/06, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda convênio para concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, firmado com o Banco do Brasil S.A., BB Leasing S.A., colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Havendo Requerimento verbal do Vereador Leandro Pierin Borges da Silveira quanto ao Projeto de Decreto Legislativo nº. 37/06, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda convênio para concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, firmado com o Banco do Brasil S.A., BB Leasing S.A, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Em 2ª Discussão o projeto de Decreto Legislativo nº. 37/06, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda convênio para concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, firmado com o Banco do Brasil S.A., BB Leasing S.A. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma foi o projeto de Decreto Legislativo nº. 37/06, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda convênio para concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento, firmado com o Banco do Brasil S.A., BB Leasing S.A., colocado em 2ª votação sendo aprovado por unanimidade. Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos Requerimentos e indicações apresentados: Indicação do Vereador Dirceu Rodrigues Ferreira ao Executivo Municipal, solicitando melhorias urgentes na rua Gabriel Maristany Junior no Bairro da Barcelona. Requerimento do Vereador Vilmar Fávaro Purga para que seja inserido em Ata Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Ademir Zarur Gonçalves. Requerimento do Vereador Vilmar Fávaro Purga para que seja enviado a esta Casa de Leis que tipo de reforma será feita com planilha de custo detalhada para cada Escola, bem como, sejam tiradas fotos de cada sala de aula que será reformada, referente ao anteprojeto de Lei nº 56/2006, de autoria do Executivo Municipal. Requerimento do Vereador João Renato Leal Afonso para que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, Voto de Parabéns a Aplausos a todos os médicos de nosso Município pelo transcurso do dia do Médico em data de 18 de outubro. Requerimento verbal do Vereador Antonio Luiz Carlos Cavalini à Diretoria da Empresa Caminhos do Paraná para que seja providenciada com urgência a carteira de passe livre ao Senhor Paulo César Urbans morador do Distrito de Mariental. Requerimento verbal do

Vereador Marco Ferrari Ramos ao Executivo Municipal solicitando melhorias na rua Nossa Senhora do Rossio e na esquina com a rua Souza Naves limpeza de entulhos. Ninguém querendo colocar qualquer Requerimento ou Indicação em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa. Dando início as inscrições para o Grande Expediente, manifestou-se os Vereadores Juciel, Vilmar, Cavalini, Marco Ramos e João Antonio. Com a palavra o Vereador Juciel disse que com relação a última edição do Jornal Gazeta da Lapa, onde um cidadão pediu providências junto aos Vereadores desta Casa quanto a um ônibus que foi comprado para transportar alunos e está sendo usado para passeio. Desta forma, irá entrar em contato com a Secretaria de Educação para que prestem esclarecimentos, já que esse veículo foi comprado com dinheiro do MEC. Outra denúncia é de que no Pronto Atendimento estão sendo fitas consultas coletivas, sendo um verdadeiro absurdo. Encerrou dizendo que como estas denuncias pedem providências dos Vereadores, acha por bem tomarem providências. Com a palavra o Vereador Vilmar disse que já está sendo providenciadas as fotos com relação às reformas das escolas, o qual já está sendo protocolado. Com relação ao Requerimento verbal feito pelo Vereador Cavalini quanto às carteirinhas de passe livre no pedágio, dizendo também que enquanto o Governo de Requião não conseguir extinguir o pedágio em nosso Município, devem analisar a situação da população de Mariental. Em reunião que participou quando da implantação do pedágio na Lapa, falaram que a população de Mariental, assim como de outras localidades de perto não precisariam se preocupar porque teriam passe livre, desde que comprovassem residência. Ressaltou que também recebe muitas reclamações quanto à demora na entrega dessa carteirinha. Não endente o porque de terem que mandar ofícios até a cidade de Irati quando na verdade Poderiam ter um escritório administrativo aqui na Lapa para resolver esse tipo de assunto. Em conversa com o Deputado Takaiama foi sugerido que seja revisto qual a possibilidade de pessoas que moram na cidade serem isentas também do pedágio, porque é uma injustiça, ou seja, em seu ver toda a população lapeana deveria ser isento. Não tem dúvidas de que o Governador Requião irá vencer as eleições e continuará lutando contra esse pedágio e ainda ressaltou de quando estava para ser implantado o pedágio trouxeram até advogados internacionais, juntamente com advogados nacionais e não deixaram nenhuma abertura para que fosse possível acabar com o pedágio. Enquanto as coisas não acontecem, estão nas mãos das concessionárias e devem tomar cuidado no momento de eleição, pois quem está bancando a campanha do adversário do Governador Requião são de grande parte de concessionárias e isso com toda certeza, terá o benefício, sendo normal na política, porém espera que a população abra o olho e depois não venha reclamar, já que quem investe nas campanhas são os amigos verdadeiros e são poucos, desta forma quem investe pesado em campanha de políticos pode ter certeza que quer retorno e o que quer é liberdade. Sobre os Requerimentos que foram enviados ao Executivo Municipal, o mesmo mandou quase que a cópia da Lei Orgânica do Município em resposta e não respondeu o que foi solicitado, onde pediram cópia das notas de material de construção compradas e citado os nomes, cabendo desta forma pedir ao Ministério Público que tome as medidas necessárias. Encerrou seu pronunciamento parabenizando todos os Vereadores pela passagem do seu dia que ocorreu em primeiro de outubro, sendo pessoas que se dedicam em benefício da população. Com a palavra o Vereador Cavalini disse que esteve em reunião com o futuro governador do Estado do Paraná Senador Osmar Dias, onde encontravam-se também Rubens Bueno, turma do Severino, Prefeito de Curitiba Beto Richa, grande maioria de deputados federais eleitos pelo Estado do Paraná e mais trinta e um Vereadores de Curitiba e mais mil e quinhentos do Estado do Paraná, razão pela qual saiu da reunião muito feliz e pronto para trabalhar ainda mais nesse segundo turno. O nível de proposta que ouviu daquele grupo lhe animou muito como ser humano, pois a intenção daqueles políticos em fazer um novo governo, trabalhar para um novo Paraná da verdade, respeito pelo agricultor, da geração do emprego, que não sonha com caminhos alternativos de pedágios, já que isso não existe. O que existe é uma demência do governador do outro lado fazendo proposta tamanha, sendo devaneio de sua cabeça e mais ainda em trazer o representante do pedágio para

dentro do governo, então provavelmente quem esteja recebendo dinheiro do pedágio é o Senhor Requião e não Osmar Dias. Saiu feliz da reunião porque viu que parte do Partido Verde que oficialmente está com o governador Requião, os três Vereadores, a base e o núcleo está todos com Osmar Dias, indo apenas o CNPJ para o Senhor Requião, razão pela qual saiu feliz da reunião e pelo nível de proposta que todos os representantes presentes fizeram pelo Paraná. Se Osmar Dias ganhar a eleição, será um governador do diálogo, democrático, sem tendências, aliás, afirmou para que todos ouvissem de que não haverá preconceito e segregação com nenhum Vereador, onde a proposta foi a de receber cada um dos Edis como se fosse um deputado. Ele disse isso por ter um carisma especial pelo Legislativo, já que sua sabedoria política foi criada neste Poder e isso lhe dá segurança para abrir as portas do Palácio Iguaçu. O momento é de renovação e acredita que o gesto do povo brasileiro será de renovação, e não é porque outro candidato não presta, mas porque a reeleição está condenada, já que veio massacrando a democracia brasileira, arrasando administrações brasileiras e acabando com o setor público. Hoje o povo condena abertamente a reeleição, diz isso com propriedade, pois sente isso em sala de aula, trabalhando no IAP, trabalhando com agricultores, nas ruas, enfim nos ambientes mais abertos para a discussão política, sentindo que até o próprio governador do Estado é contra a reeleição. A renovação é necessária e o povo clama e pede por isso, o agricultor desamparado sem saber como fazer a próxima safra. Getúlio Vargas no princípio da ditadura do Estado novo deu grande exemplo, onde comprou o excesso da produção de milho, dando o fim que quisesse e os agricultores fariam uma nova safra sem crise política, administrativa e sem falta de financiamento. Em mil novecentos e trinta e dois foi dado exemplo, e o governo não copiou, deixando em abandono a agricultura brasileira e nos dias de hoje o população e o comércio paga o preço e verem com tristeza o País perdendo até pelo Paraguai, Bolívia e outros País na economia. È lamentável que o governo de Lula, o qual também sonhou e teve esperanças de melhoras esteja convivendo com toda a equipe fazendo barbaridades com a nação e simplesmente diz que não sabia e que devem esperar para punir depois. Encerrando disse que para ter novamente a esperança no País é que vai votar em Osmar Dias para Governador do Estado e Geraldo Alckmin, e se esses candidatos não desempenharem seus papéis descontarão nas urnas porque o povo é sábio. Com a palavra o Vereador Marco Ramos discorda das palavras do Vereador Cavalini, pois eleição é fácil, tudo de concerta, se ajeita, o diabo vira padre, vira médico, enfim se faz de tudo, até onde um homem é corrupto e vice de alguém numa chapa, ainda dizem ser o "Paraná da Verdade" e o Senhor Osmar Dias diz não saber. O homem que quer ser o Governador do Estado do Paraná não sabe que seu vice tem uma lista de coisas incorretas. Falou daquele pequeno agricultor em que tem seu trator e suas terras leiloadas por cooperativas, sendo esse o respeito que as cooperativas e que Osmar Dias terá com o agricultor, ou seja, pisar e terminar de arrebentar. Tira o chapéu para cooperativas, mas é em prol de meia dúzia de cooperados, sendo que com o dinheiro que a cooperativa da Lapa tem Poderia montar uma agroindústria e dar emprego pelo menos para mais mil pessoas na Lapa, porém apenas meia dúzia usufrui. Espera que quem se eleja faça uma boa administração. Ressaltou também sobre o Requerimento que fizeram ao Executivo Municipal e lamenta quando o mesmo disse que o Vereador não tem o Poder de fiscalizar e o exemplo de ser reprovado a reforma das escolas vem da atitude do Prefeito e da falta de respeito que está tendo com os Vereadores desta Casa. Se já estão fazendo falcatruas com material para reformas de escolas imaginem o que não irão fazer e diz isso porque se não deve não teme. Deixa registrado sua indignação referente ao Executivo e também ao Secretário de Obras referentes aos orçamentos que estão fazendo nas previsões deles referentes às obras do Município. Em conversa com o Engenheiro Paulo Martins uma licitação que foi montada por uma engenheira que trabalha junto com o Senhor Tioco disse que falta a metade da obra na planilha e comentando com o Secretário já citado ele retrucou dizendo se havia assinatura sua no referido papel, ou seja, se o secretário não confere documentos, imaginem o trabalho e os projetos que estão sendo desempenhados dentro do Município. Encerrando disse que o Executivo deve ficar de olho em sua equipe de trabalho, pois a Lapa

está sendo mal administrada, para que o Município não pereça, sendo uma questão de fazer a coisa certa com o dinheiro público. Com a palavra o Vereador João Antonio lamentou a atitude do Prefeito em colocar no concurso público cargo para médico sob aviso, onde já foi debatido na Câmara a respeito desse cargo, pois na Maternidade teve dia em que não tinha médico para fazer parto, já que o contrato do mesmo era de sob aviso. Foi pedido para que o Prefeito não fizesse o concurso neste sentido, porém não adiantou, realmente lamentando pelo feto, parecendo com isso que as coisas quando não funcionam é justamente aquela em que insistem em fazer. Novamente sobre os cargos em comissão, já relatou nesta Casa sob denúncias feitas com relação a cargos em comissão sobre um pedreiro e uma nutricionista, onde não falou o nome porque não sabia, mas não citou nomes e apenas repassou a demúncia que fizeram, mesmo sabendo que existem muitos cargos na Prefeitura que não fazem nada, mas muitos desempenham sua função com grandeza. Outra denúncia é de que no último feriado em que não houve recesso na sexta-feira aos funcionários, porém já havia funcionários em comissão, pois na quarta-feira não compareceram ao trabalho e desceram ao litoral, retornando apenas na segunda-feira, todos com cem por cento de salário e depois não querem que a administração seja criticada, até porque na promessa de campanha do atual Prefeito serie de um número pequeno de cargos em comissão e que investiria em funcionário de carreira, mas o que investiu nos de carreira foi apenas em gratificação. A atual administração vem culpando os Vereadores, já que dia desses faltou médico no Centro de Saúde e atribuíram culpa dos Edis que não aprovam os cargos de médicos, sendo uma grande mentira, foi então que uma professora que estava presente quis ligar a este Vereador, no qual é amigo e votou em sua pessoa perguntando porque de não aprovarem, e logo após outro Senhor presente levantou-se e disse que iria à rádio imediatamente denunciar, mediante a atitude dessas pessoas, imediatamente recolheram-nas numa sala dos fundos do Centro de Saúde, onde para a surpresa de todos apareceu um médico atendendo a todos. Esse relato deixa a lamentar cada vez mais o Executivo Municipal quanto à culpabilidade em cima dos Edis desta Casa de Leis sobre competência que não é desse Poder. Sobre o FUNDEF que o Executivo falou que pagaria aos professores no fim do mês, não o fez e agora culpa os Vereadores dizendo que terão que aprovar uma Lei para que tal abono seja pago, sendo mentira também porque tal Lei já existe. Também foi o pedido arquivamento do projeto que aumentava a alíquota de contribuição da parte patronal da Prefeitura pelo LAPAPREVI, ou seja, hoje no cálculo atuarial diz que o Prefeito teria que aumentar de onze para quatorze vírgula oitenta e um por cento a contribuição do Ente Federativo que seria a Prefeitura e também apresentaram uma Emenda porque no cálculo atuarial existe um déficit financeiro do Fundo de Previdência de aproximadamente cinqüenta milhões de reais para garantir o equilíbrio atuarial do Instituto de Previdência que com essa porcentagem iria dar uma amenizada de até dois mil e dezoito, depois o instituto vai começar a falir. Esse Vereador atribui esse valor do déficit financeiro a extinção do FUNPREVI na administração passada do atual Prefeito, onde em reunião na Vila do Príncipe o Prefeito usou desse espaço para pegar em seu pé dizendo que é mentiroso aquele que disser que ele usou o dinheiro do Fundo de Previdência, porém este Vereador acha que mentiroso é aquele que diz que não usou esse dinheiro, já que foi usado, comprando o terreno do Lara, mandou fazer a Avenida Aloísio Leoni. Em campanha para Prefeito, fizeram reuniões com vários funcionários e ele prometeu que repassaria aquele terreno para o Instituto, assim como o saldo remanescente na conta, se o ex-Prefeito Paulo César Furiatti deixasse ele iria repassar e quando foi falar com o Prefeito no gabinete a resposta foi de que não recebia funcionário naquele recinto e só o fez porque agora é Vereador, enquanto que a promessa em campanha foi totalmente outra. Abrindo-se as inscrições para Lideranças Partidárias ninguém se manifestou. Ninguém inscrito passou-se as Comunicações Parlamentares, não havendo manifestações. Nada mais a tratar o Senhor Presidente encerrou a Sessão agradecendo a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores, convocando-os para a próxima Sessão Ordinária a se realizar no dia 24 de outubro de 2006, à Hora Regimental. Para constar, eu Edimara Joslin Auxiliar de Secretaria, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será por todos os Vereadores assinada.